

MÍDIAS SOCIAIS COMO REPERTÓRIO POLÍTICO DE *SUBALTERN COUNTERPUBLICS*: ANÁLISE DE BLOGS DE MOVIMENTOS FEMINISTAS

Eloisa de Souza AMARAL *
Zuleika de Paula BUENO **
Éder Rodrigo GIMENES ***

RESUMO: Este artigo discute a atuação política por meio de redes sociais, tendo como objeto de investigação dois conjuntos de ciberativistas, organizadas no *Blogueiras Feministas* e no *Blogueiras Negras*. A análise considera tais grupos de mulheres como produtoras de contradiscursos no contexto do conflito próprio da formulação de esfera pública liberal fundamentada na dicotomia público-privado, cujos padrões relegam às mulheres posições marginais em ambos os espaços. A análise dos blogs permitiu constatar que as ações do ativismo on-line dos movimentos feministas criam novos espaços de interação e organização que geram maneiras autônomas de produção da identidade social.

PALAVRAS-CHAVE: Participação política. Movimentos sociais. Ciberativismo. Feminismo.

Introdução

O contexto social, político e econômico da segunda metade do século XX ampliou as possibilidades de participação da mulher na vida pública em muitos

* UEM – Universidade Estadual de Maringá. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PGC). Maringá – PR – Brasil. 87020-900 – eloisa_sociais@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-7697-3165>.

** UEM – Universidade Estadual de Maringá. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PGC). Maringá – PR – Brasil. 87020-900 – zpbueno@uem.br. <https://orcid.org/0000-0002-1485-2429>.

*** UEM – Universidade Estadual de Maringá. Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PGC) e Núcleo de Pesquisa em Participação Política (NUPPOL). Maringá – PR – Brasil. 87020-900 – ergimenes@uem.br. <https://orcid.org/0000-0002-2059-186X>.

países de regimes democráticos. A pressão dos movimentos sociais, o sufrágio universal, a emergência do feminismo, o debate sobre os direitos humanos e a luta pelo fim do patriarcalismo ensejaram práticas políticas que propiciaram a presença feminina nas mais diferentes esferas da sociedade. Durante muito tempo, a participação das mulheres na arena política foi encarada de forma semelhante à participação das crianças, sob o argumento de que ambas seriam incapazes de defenderem os seus próprios interesses (MIGUEL, 2001).

A forma pela qual a sociedade liberal e patriarcal se estruturou promoveu a naturalização de visões distintas acerca do papel do homem e da mulher: o masculino entendido como o administrador do espaço e da coisa pública, o sujeito da razão universal; ao feminino, coube o espaço privado da casa e dos assuntos domésticos. Dessa maneira, temos uma divisão clássica entre espaços e seus representantes, o que se assenta sobre a dicotomia do público e do privado.

Para Anne Phillips (2011, p.349), “o liberalismo é peculiarmente infenso ao gênero” pois as distinções que estabelece entre as esferas pública e privada são particularmente adequadas para manter a subordinação política das mulheres. Nessa perspectiva, as lutas feministas surgiram em torno da demanda por direitos sociais e políticos, da necessidade de as mulheres reivindicarem seu lugar na sociedade junto ao público – espaço até então reservado ao homem – e também de valorizar as práticas desempenhadas no âmbito privado, trazendo à tona questões até então tratadas como de fórum estritamente privado. Os movimentos feministas, portanto, contribuem com o debate das formulações dos conceitos de público e privado ao refletir sobre as atribuições de gênero que esses espaços pressupõem.

A esse respeito, entendemos que, em uma sociedade liberal, os espaços entre público e privado não são estanques, mas se constituem em oposição e complementariedade, de modo que, em determinadas ocasiões, para que o público exista é necessário que o privado seja desvelado.

Flávia Biroli (2014) descreve essa dualidade como consequência de uma compreensão restrita da política, sob o argumento de que, em nome da universalidade na esfera pública, as experiências do mundo privado são caracterizadas como não políticas. Nesse sentido, o espaço privado é considerado sob a perspectiva do caráter particular, restrito, como aquele que guarda a intimidade; já o público, de modo geral, é o espaço das trocas, a esfera baseada nos princípios mais universais, na razão e na impessoalidade. Acerca disso, Phillips (2011, p.349) argumenta que “nas condições aparentemente mais iguais, as desigualdades continuadas da divisão do trabalho ainda condenam as mulheres a um papel político menor”.

Assim, as lutas feministas, entre outros aspectos, trazem em si as reivindicações para que essas definições do que representam o público e o privado sejam modificadas política, econômica e culturalmente. Isto posto, compreendemos que, embora tenha ocorrido avanços significativos provenientes dessas lutas políticas das

mulheres ao longo da história, a dicotomia público-privado ainda reforça os estereótipos de gênero quando, na divisão dos papéis atribuídos historicamente, são excluídas mulheres dos espaços de decisão, o que confere a falsa noção de homogeneidade na esfera pública, principalmente em sua face institucional. Tal situação decorre do fato de que as desigualdades geradas nessa divisão social tornam o fator tempo, por exemplo, uma questão importante para a participação e a não participação. Um exemplo são as duplas e até triplas jornadas laborais que se configuram no trato ao lar, aos filhos, aos estudos – quando há a oportunidade – e ao mercado de trabalho.

Dessa maneira, os papéis de gênero atribuídos reforçam que as mulheres sejam relegadas em sua maioria ao espaço privado, sendo subrepresentadas e não necessariamente participando de forma mais direta da esfera pública, das formulações mais gerais e tão pouco tendo oportunidades para comunicar e formular suas demandas nesses espaços.

Diante do exposto, o presente artigo tem por objetivo analisar empiricamente a utilização de mídias sociais como repertório político por parte de grupos que constituem *subaltern counterpublics*, pautando-se pela investigação do conteúdo de dois blogs de movimentos feministas no período político em que a presença feminina na política nacional foi colocada em xeque: após a vitoriosa campanha à reeleição presidencial de Dilma Rousseff ao desfecho do processo de impeachment que culminou em seu afastamento.

A justificativa para a investigação sobre blogs remete à crescente relevância do ciberativismo como mecanismo de participação política (RIBEIRO; BORBA; HANSEN, 2016), de modo que nossos objetos de pesquisa são páginas de destaque por sua contribuição à popularização dos movimentos feministas na internet, cujos conteúdos publicados em linguagem acessível somam as experiências dessas blogueiras com a construção do que era o feminismo historicamente dito e o feminismo vivenciado cotidianamente por elas, mesmo que, não necessariamente¹, propositais, trazendo a noção de ação e produção ao movimento. Trata-se das páginas *Blogueiras Feministas* e *Blogueiras Negras*.

A esfera pública e a construção de discursos e contradiscursos

Em *A transformação estrutural da esfera pública* de 1962, Jürgen Habermas (1984) apresentou as reflexões teóricas que fundamentaram seus conceitos de esfera pública e ação comunicativa. Tais conceitos são fundamentais na análise que propomos, de modo que cabem considerações acerca do seu surgimento.

¹ Pode ocorrer que se vivencie práticas consideradas feministas, mas que essas não sejam praticadas a partir de uma militância.

Para Habermas (1984), durante o desenvolvimento da modernidade, a burguesia criou formas de promover o debate de assuntos públicos na esfera privada. Num primeiro momento, esse debate não teve força de se articular com as decisões que ocorriam no âmbito do Estado e da vida política e restringiu-se ao espaço da vida individual, como concepções e valores que orientavam a ação dos burgueses.

O desenvolvimento da modernidade criou diferentes espaços de socialização ocupados pela eminente burguesia que, com isso, levou as discussões que ocorriam no âmbito privado para espaços externos à casa e à família. Tal dinâmica permitiu à burguesia construir uma opinião pública acerca da atuação do Estado e dos assuntos políticos que foi, aos poucos, fundando um novo espaço de articulação entre o Estado e os interesses privados.

É nesse sentido que o autor afirmou que a esfera pública é a terceira grande instituição da modernidade, uma vez que não se confunde com o Estado e nem com o mercado. A esfera pública se funda no momento em que a burguesia consegue criar um espaço de discussão orientado exclusivamente pela razão, espaço esse que se caracteriza, dentre outras coisas, por não estar sujeito a pressões externas, mas por criar uma lógica própria de funcionamento (HABERMAS, 1984).

Uma dimensão do conceito de esfera pública permite ir além do debate entre o elitismo democrático e o republicanismo. Trata-se da recuperação na modernidade temporã de uma esfera para a livre interação de grupos, associações e movimentos. Tal esfera supõe a possibilidade de uma relação crítico-argumentativa com a política ao invés de uma relação participativa direta, abrindo assim, uma nova via para a análise da democracia (AVRITZER, 1996, p.29).

Entre as operações necessárias ao estabelecimento desse conceito há a articulação com a teoria política clássica², mas, principalmente, o avanço em relação à crítica da razão instrumental dos teóricos frankfurtianos, ressaltado que a teoria crítica manteve no centro de suas reflexões uma concepção de sujeito unitário que tinha sua autonomia consumida pela razão totalitária.

Nesse sentido, o filósofo e sociológico alemão propõe que a esfera pública funda um espaço orientado pela visão de um sujeito intersubjetivo, consequência do desenvolvimento da burguesia que disciplina e orienta a sua ação pela razão comunicativa, pois pretende interferir nas formas de organização e atuação do Estado (HABERMAS, 1997).

A esfera pública é, portanto, entendida como o domínio social das discussões em que os cidadãos privados se engajam quando reunidos em públicos, marcada pelos elementos constitutivos da modernidade. Isto posto, Habermas (1997) dá

² Uma abordagem aprofundada encontra-se em Perlatto (2015).

continuidade à discussão sobre esfera pública em *Direito e Democracia* e outras obras, nas quais esses avanços são marcados pelo despojamento da historicidade do conceito de esfera pública, a qual seria composta essencialmente por “visibilidade e discutibilidade, procedimentos voltados para conter o avanço do Estado autocrático sobre os domínios da intimidade e da privacidade e também para permitir o avanço da cidadania para o interior do domínio estatal” (HABERMAS, 1997, p.45).

Assim, tem-se que a arena da esfera pública é distinta do Estado, é um espaço de deliberações, um lugar para produção e circulação de discursos em que o princípio pode, inclusive, ser crítico ao Estado. É também, conceitualmente, distinta da economia oficial, não sendo uma arena de relações de mercado. Diante de tais definições, a esfera pública se constitui, fundamentalmente, como uma arena de debate e deliberações, sobre a qual Habermas (1997), não desenvolve necessariamente um modelo pós-burguês, mas não se pode ignorar o quanto sua teoria é indispensável para se pensar a esfera pública na teoria democrática.

Ainda em *Direito e Democracia*, Habermas (1997) se sente mais livre para não necessariamente retomar a construção histórica da esfera pública liberal, considerando que o modelo de democracia liberal precisa de uma arquitetura institucional que, orientada pelo princípio da autonomia privada dos cidadãos, garanta as liberdades privadas e públicas.

Ao apresentar as características sobre a esfera pública, amplamente discutida pela teoria crítica e democrática, temos elementos para concluir que há, nesse sentido, a construção de uma noção idealizada da esfera pública como espaço integrado e hegemônico, o qual, segundo Perlatto (2015, p.82), seria caracterizado pela discussão racional burguesa, que teria como *medium* o argumento “crítico racional”.

O modelo de esfera pública habermasiano, apesar de contribuir e ampliar o debate acerca do exercício da democracia moderna, foi criticado por teóricas feministas como Nancy Fraser (1992), principalmente porque o fundamento e a constituição da ideia de público de Habermas seguem o padrão do funcionamento burguês das cidades do século XVIII. Como apontam as feministas, o público em Habermas pressupõe a presença de agentes que são quase sempre homens, brancos, proprietários e ocidentais, de modo que as feministas partem, assim, da ideia de que o público formulado por ele trata de uma esfera homogênea.

Essa esfera surge, portanto, teorizada dentro de uma lógica que não se preocupa com a paridade total da participação de diferentes públicos em debates e deliberações, o que acaba por garantir as vantagens dos grupos dominantes nessa esfera e perpetuar as desvantagens dos grupos subordinados. Fraser (1992) problematiza o grau de inclusividade de uma esfera pública formulada a partir desse modelo burguês.

Nas questões de gênero, a esfera pública constituída a partir das sociedades burguesas ainda traz a noção da fala ser definida na visão de *public* e *pubic*, o que remete à ideia de que a voz no espaço público está relacionada ao falocentrismo (FRASER, 1992). Nesses termos, uma esfera pública única desconsidera as sociedades cuja estrutura básica institucional gera grupos socialmente desiguais e relações estruturais de dominância e subordinação.

Para Fraser (1992, p.61, tradução nossa), o problema não é apenas o fato de como o autor idealiza a esfera pública liberal, mas, também, como ele falha ao examinar outras esferas públicas concorrentes, não liberais e não burguesas. A autora exemplifica com o seguinte ponto: a variedade de formas que “[...] mulheres norte-americanas do século XIX de várias classes sociais e etnias construíram rotas de acesso à vida política pública, mesmo apesar de sua exclusão da esfera pública oficial”³. No caso das mulheres da elite burguesa, essas ações envolveram a construção de uma sociedade contra-civil de associações voluntárias de mulheres como organizações filantrópicas e de reforma moral. Mesmo que essas somente pudessem ser construídas por seus maridos, pais e avós, isso ainda era considerado uma inovação, uma vez que usaram criativamente expressões particulares da domesticidade e da maternidade precisamente como trampolins para a atividade pública.

Outra variedade de estratégias citada pela autora consiste nos grupos de mulheres menos privilegiadas, mostrando que o acesso à vida pública decorreu da participação em papéis de suporte em atividades de protesto das classes trabalhadoras dominadas pelos homens. Ainda outras mulheres encontraram a saída em protestos e paradas de rua. Assim, “finalmente, os defensores dos direitos das mulheres contestaram publicamente a exclusão das mulheres da esfera pública oficial e da privatização da política de gênero”⁴ (FRASER, 1992, p.61, tradução nossa).

A crítica feminista reitera que, mesmo com as alterações na esfera pública que aconteceram com o liberalismo no século XIX, a participação não foi colocada em prática em toda a extensão da sociedade, sendo limitada aos homens. Nesse sentido, em diálogo com Habermas, Fraser (1992) aponta que uma concepção de esfera pública deve conter a inclusão de interesses e questões que a ideologia masculina e burguesa rotula como privadas e trata como inadmissíveis e não a exclusão. Para a autora, Habermas não consideraria criticamente o fato de a esfera pública ter se configurado como um espaço restrito a uma comunidade política de cidadãos,

³ “[...] the variety of ways in which nineteenth century North American women of various classes and ethnicities constructed access routes to public political life, even despite their exclusion from the official public sphere”.

⁴ “Finally, women’s rights advocates publicly contested both women’s exclusion from the official public sphere and the privatization of gender politics”.

implicando, conseqüentemente, na exclusão de diversos atores da sociedade, como, por exemplo, as mulheres e os operários.

Nesse sentido, Perlatto (2015, p.82) assinala que a crítica da referida autora ao conceito habermasiano de esfera pública está no fato dessa formulação perder de vista a compreensão da “esfera pública como um *locus* de disputa de poder, dominação e opressão”.

Cabe destacar que Fraser (1992, p.57, tradução nossa) reitera, apesar das críticas contundentes, a importância das formulações de Habermas para elucidar o que ela chama de “confusão” que ocorre com os feminismos contemporâneos sobre o uso da expressão “esfera pública” que, segundo ela, seria menos útil que a formulação habermasiana, como o que se refere a tudo o que está fora do ambiente doméstico e familiar, combinados “[...] pelo menos em três coisas analiticamente distintas: o Estado, a economia oficial do trabalho assalariado e os espaços de discurso público”⁵.

Esta expressão foi utilizada por muitas feministas para se referir a tudo o que está fora da esfera doméstica ou familiar. Assim, “a esfera pública” neste uso confunde-se pelo menos em três coisas analiticamente distintas: o Estado, a economia oficial do emprego remunerado e as arenas de discurso público. Agora, não deve ser pensado que a fusão destas três coisas é uma questão “meramente teórica”. Pelo contrário, tem conseqüências políticas práticas, por exemplo, quando campanhas de agitação contra representantes culturais misóginos são confundidas com programas de censura do estado, ou quando lutas para desprivatizar o trabalho doméstico e os cuidados infantis são equiparados a mercantilização. Em ambos os casos, o resultado é ocultar (ocultar) a questão se se devem submeter os problemas de gênero à lógica do mercado ou Estado administrativo é para promover a libertação das mulheres (FRASER, 1992, p.57, tradução nossa)⁶.

Dessa maneira, o conceito de esfera pública nos permite manter em vista as distinções entre mercados econômicos e associações democráticas e aparatos de Estado, ressaltado que tais diferenciações são essenciais para a teoria democrática.

⁵ “[The public sphere] in this usage conflates at least three analytically distinct things: the state, the official-economy of paid employment, and arenas of public discourse”.

⁶ “This expression has been used by many feminists to refer to everything that is outside the domestic or familial sphere. Thus, ‘the public sphere’ in this usage conflates at least three analytically distinct things: the state, the official-economy of paid employment, and arenas of public discourse. Now, it should not be thought that the conflation of these three things is a ‘merely theoretical’ issue. On the contrary, it has practical political consequences, for example, when agitational campaigns against misogynist cultural representations are confounded with programmes for state censorship, or when struggles to deprivatize housework and child care are equated with their commodification. In both these cases, the result is to occlude the question whether to subject gender issues to the logic of the market or the administrative state is to promote the liberation of women”.

Segundo Juliana Souza (2016), este conceito pós-burguês formulado por Fraser tem a intenção de desvelar os mecanismos de racionalidade da dominação política, que acentuou as exclusões significativas, principalmente relacionadas a gênero e classe. Dessa maneira também desvela os mecanismos de exclusão das mulheres da vida política com a formulação do modelo de discurso e comportamento “virtuoso e viril”, reforçando a visão de sociedade fática e sexista (SOUZA, 2016, p.19).

Sobre tal aspecto, Iris Young (2012) corrobora com o argumento de Fraser (1992) ao debater o paradigma do raciocínio moral que, segundo a teórica,

[...] consiste na adoção de um ponto de vista imparcial e impessoal sobre uma situação, distanciado de quaisquer interesses particulares em jogo, ponderando igualmente todos os interesses e chegando a uma conclusão que esteja em conformidade com os princípios gerais da justiça e dos direitos, aplicados de forma imparcial ao caso em questão (YOUNG, 2012, p.169).

Para a autora, esse raciocínio é baseado no discurso da justiça e dos direitos, como um mito utópico que não atinge seu objetivo e ainda cumpre funções ideológicas, dentre as quais a de mascarar “[...] as formas pelas quais as perspectivas particulares de grupos dominantes reivindicam universalidade e colaboram para justificar estruturas hierárquicas de decisão” (YOUNG, 2012, p.170-171).

Fraser (1992) aponta que pesquisas feministas documentaram que em reuniões como, por exemplo, em faculdades ou outros espaços de deliberações, os homens tendem a interromper as falas das mulheres mais do que o contrário, bem como os homens tendem a prolongar suas falas. Outra característica é o fato de as questões levantadas pelas mulheres serem mais ignoradas ou não respondidas.

Para Martino (2014), mais do que um lugar físico, a esfera pública é um espaço abstrato formado na interação indivíduos na discussão de temas que lhes dizem respeito, ou seja, trata-se dos espaços de deliberação e debate sobre aquilo que interessa à vida pública, tomadas de decisões coletivas referentes aos interesses gerais. Dessa maneira, teoricamente, se esses espaços fossem de fato inclusivos, sem restrições de nenhuma natureza, cumpririam o papel de comunicação entre a sociedade civil e o Estado, o que reitera o caráter heterogêneo desses espaços apontado por Biroli (2014), mas também e anteriormente por Fraser (1992).

Esse debate sobre as dificuldades de inserção na esfera pública, no sentido de participação, tendo em vista que sua característica é a de concentração de grupos hegemônicos, nos leva à reflexão sobre como seriam as estratégias dos grupos excluídos para inserir suas demandas nesses espaços.

Fraser (1992, p.66, tradução nossa) problematiza que em sociedade estratificadas, “[...] arranjos os quais melhor acomodam contestação entre uma pluralidade de públicos concorrentes promovem melhor o ideal de paridade participativa do

que uma abordagem única, abrangente do público”⁷. Para a autora, não é possível isolar arenas discursivas especiais dos efeitos da desigualdade social, de modo que, quando essa desigualdade persiste, os “[...]processos deliberativos nas esferas públicas tendem a operar na vantagem dos grupos dominantes e em detrimento dos subordinados”⁸. No caso de uma única e abrangente esfera pública, essas questões tendem a ampliar seus impactos.

Ainda em seu argumento, a autora discorre sobre essa característica de unidade e abrangência da esfera pública na qual os membros dos grupos subordinados não teriam necessariamente espaços ou arenas de deliberação entre eles para formularem suas necessidades, objetivos e estratégias.

Partindo dessa reflexão e pensando o público a partir da perspectiva da comunicação, considerando a afirmação do mesmo não comportar todas as vozes, torna-se necessária a organização de coletivos com a finalidade de formular, discutir e transpor para a esfera pública suas demandas. Dessa maneira, em específico, os movimentos feministas e suas ações no ciberespaço se inserem nesta análise enquanto coletivos contestatórios.

Em relação aos movimentos sociais feministas e sua participação em uma democracia, por exemplo, Lubenow (2012) afirma que os mesmos influenciam a vida política por meios públicos de comunicação, participação e deliberação, de maneira que contribuem para a tematização, discussão pública e tomada de decisões. Contudo, não podemos considerar necessariamente que, em sua constituição, tais grupos sejam homogêneos em seu interior, ainda que apresentem pontos em comum, ou seja, são indivíduos que se unem para a formulação de preferências, discutir as diferenças, demandas, agendas temáticas e pressão popular, mesmo não fazendo parte de uma esfera pública hegemônica. Fraser (1992) sugere que chamemos de *subaltern counterpublics* grupos contestatórios dessa natureza:

Eu não sugiro que *subaltern counterpublics* são sempre necessariamente virtuosos. Alguns deles são explicitamente antidemocráticos e não igualitários, e mesmo aqueles democráticos e com igualitárias intenções ainda assim praticam seus próprios modos de exclusão informal e marginalização. Ainda assim, na medida, estes *counterpublics* ajudam a expandir espaços discursivos. Em princípio, os pressupostos que estavam anteriormente isentos de contestação serão agora discutidos publicamente. Em geral, a proliferação de *subaltern counterpublics* significa um alargamento da contestação discursiva,

⁷ “[...] arrangements that accommodate contestation among a plurality of competing publics better promote the ideal of participatory parity than does a single, comprehensive, overarching public”.

⁸ “[...] deliberative processes in public spheres will tend to operate to the advantage of dominant groups and to the disadvantage of subordinates”.

e isso é uma coisa boa em sociedades estratificadas (FRASER, 1992, p.67, tradução nossa)⁹.

Ao analisar as democracias latino-americanas, Avritzer e Costa (2004, p.272) consideram a relevância do conceito de *subaltern counterpublics* ao destacar o papel dos atores sociais que representam grupos tradicionalmente excluídos do espaço público, mas que, ao mesmo tempo, denunciam os limites do espaço político estabelecido e reivindicam seu direito de participar dele.

Os autores mencionam como exemplos de *subaltern counterpublics* *As Madres de la Plaza de Mayo* na Argentina, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil e o *Ejército Zapatista de Libertación Nacional* no México, que constituem movimentos não institucionais organizados para pressionar o Estado. No Brasil, outros dois exemplos que podem ser citados são a Marcha das Mulheres Negras, realizada em 2016 em Brasília, e a Marcha das Margaridas, realizada a cada três anos também no Distrito Federal, por mulheres trabalhadoras rurais.

Destacamos ainda Warner (2002), que apresentou semelhantes definições sobre o conceito, sendo *publics* e *counterpublics* (públicos e contrapúblicos) o título de uma coleção de ensaios desse crítico que explorou os conceitos de publicidade e o analisou sob a perspectiva de como se fazer pública sem necessariamente se alinhar com a política subalterna. Nesse sentido, enfatizou a agência da cultura nas formas de arte, na fala em público, na mídia e performance e analisou a maneira como as pessoas podem utilizar a cultura para criar um espaço para si no mundo social.

Warner (2002) não abordou o cruzamento de públicos e da política, mas como as pessoas se expressam como indivíduos e grupos através de participação em subculturas alternativas. Assim, *publics* e *counterpublics* constituem uma resposta direta ao trabalho de Habermas (1997), que percebeu a esfera pública como uma utopia democrática liberal, onde o debate contínuo asseguraria a igualdade de cidadania, conforme exposto. O autor, no entanto, afirmou que o público não é uma entidade coesa, mas, ao contrário, composto de vários *counterpublics* reflexivos que respondem ao público habermasiano e que excluem os interesses de potenciais participantes.

Diante do exposto, temos que o conceito de esfera pública formulado por Habermas (1997) é um tipo idealizado para uma democracia plena em que o comuni-

⁹ "I do not mean to suggest that subaltern counterpublics are always necessarily virtuous; some of them, alas, are explicitly anti-democratic and anti-egalitarian; and even those with democratic and egalitarian intentions are not always above practicing their own modes of informal exclusion and marginalization. Still, insofar as these counterpublics emerge in response to exclusions within dominant publics, they help expand discursive space. In principle, assumptions that were previously exempt from contestation will now have to be publicly argued out. In general, the proliferation of subaltern counterpublics means a widening of discursive contestation, and that is a good thing in stratified societies".

car, o ser ouvido, o negociar e o deliberar aconteceriam necessariamente de maneira horizontal para todos os grupos, porém, em um país desigual como o Brasil, essa formulação torna-se utópica, pois configurou-se aqui uma esfera pública seletiva, com altos índices de exclusão em diferentes campos, como a educação. Dessa maneira, é imperativo que a participação e a permanência de segmentos dominantes formulando temas a serem debatidos, que na maioria das vezes não passam pelo conhecimento da maioria da população, sejam problematizados.

Blogs como espaços de construção de contradiscursos

O conceito de esfera pública seria constituído por meio das formulações habermasianas da interação e comunicação que compõem as estratégias de elaboração de demandas e comunicação das mesmas e também de poder de convencimento. A esfera pública seria, portanto, entendida como o domínio social das discussões em que os cidadãos privados se engajam quando reunidos em públicos. Já a esfera privada seria aquela que guarda a intimidade, sendo que, na divisão social de gênero, ficou relegada às mulheres como forma de cuidado com a família, reduto da reprodução e das necessidades biológicas, tradicionalmente longe da intervenção estatal (MIGUEL; BIROLI, 2014), o que confere uma noção de espaço de expressão feminina.

As construções das dicotomias público e privado começaram a ser questionadas principalmente pelos movimentos feministas quando surgiram com o slogan “o pessoal é político” em meados dos anos 1970. Tendo em vista que as assimetrias constituídas no espaço privado e legitimadas por discursos de diferenças biológicas permaneceram inquestionáveis com a doutrina liberal, “a separação das esferas, portanto, foi o elemento que permitiu não pensar a família como parte integrante do mundo social” (LORETONI, 2006, p.502).

Foi a partir dos movimentos feministas que se passou a pensar que, ao excluir o que ocorre na esfera privada, conseqüentemente se estende para a esfera pública as relações de poder e desigualdades nos arranjos privados. Biroli (2014) afirma que o feminismo demonstra que é impossível deslocar a esfera política da vida social e a vida social da vida privada, quando se tem como objetivo a construção de uma sociedade democrática.

Porém, Fraser (1992) apontou para os problemas que uma esfera pública liberal apresenta, pois ao se constituir por grupos sociais hegemônicos com o monopólio dos meios de comunicação, bem como espaço de voz e formulações de demandas, muitos outros grupos não seriam incluídos horizontalmente nos debates, como as mulheres, por exemplo. A autora, então, propôs que tais grupos sociais subordinados ou não hegemônicos utilizariam estratégias em arenas discursivas

paralelas, onde produziriam e circulariam contradiscursos que, por sua vez, lhes permitiriam formular interpretações opostas de suas identidades, interesses e necessidades, o que ela chama de *subaltern counterpublics*, o que propiciaria aos grupos formulações próprias a partir de suas negociações, por exemplo, do ativismo on-line.

Considerando o contexto das discussões sobre as esferas pública e privada e o *subaltern counterpublics* como espaços de estratégias de grupos não hegemônicos, essa pesquisa se insere no debate dos usos de novas formas de comunicação a partir da internet e os espaços de produção discursiva nas redes de compartilhamento.

Como o espaço online passa a ser um lugar discursivo possível para o ativismo feminino, por exemplo, por meio dos blogs utilizados para o compartilhamento, agrupamento e produção de conteúdo, é pertinente o emprego do conceito de *subaltern counterpublics* proposto por Fraser (1992), uma vez que se trata das arenas discursivas paralelas nas quais os membros dos grupos socialmente subordinados articulam e circulam contradiscursos para formular interpretações opostas de suas identidades, interesses e necessidades criadas por grupos hegemônicos.

Aqui se insere nosso recorte de pesquisa, os blogs ativistas *Blogueiras Negras* e *Blogueiras Feministas*¹⁰. Os discursos construídos nas mídias sociais são exemplos de estratégias que muitos grupos utilizam para formulação de suas subjetividades a partir da construção coletiva do movimento feminista por meio do espaço das redes. Essas blogueiras se conectam, estando em lugares diversos geograficamente, ao constatarem semelhanças nas vivências cotidianas, de maneira que há dialética na alimentação dos conteúdos dos blogs e, concomitantemente, o movimento dos fluxos do que é o feminismo historicamente dito e o que elas vivenciam, aspectos que se reconfiguram a cada discussão levantada.

A apresentação do “Quem somos” do *Blogueiras Negras* nos dá a dimensão à representatividade que esses blogs têm para elas. São mulheres na busca por voz e espaço que veem na internet um potencial recinto para circulação da escrita dos contradiscursos, se colocando ao mesmo tempo como emissoras e receptoras. Trata-se de um blog colaborativo, coordenado e produzido por mulheres negras, responsáveis por uma equipe que seleciona os textos a serem publicados, além da manutenção do espaço. O blog conta com a colaboração de cerca de 200 autoras e tem como posicionamento político somente a participação de mulheres negras, o que se justifica pelos séculos de opressão e silenciamento da mulher negra na sociedade e dentro do movimento feminista. Dentre os temas expostos, inserem-se racismo, sexismo, classismo, entre outros.

¹⁰ Exploramos, nesta pesquisa, os conteúdos disponibilizados nos blogs, mas ressaltamos que ambos possuem hiperlinks com outras redes sociais, quais sejam: Facebook, Twitter e/ou Instagram.

A estrutura visual da página *Blogueiras Negras* é bastante completa no que se refere aos temas e organização de sessões, as publicações são dispostas em ordem cronológica e as categorias estão subdivididas em Identidade, Resistência, Saúde e Beleza, Estilo de Vida, Cultura, Colunas e Popular. Com relação ao seu conteúdo, as escritoras enfatizam a questão do feminismo interseccional, ou seja, o feminismo que inclui as mulheres negras como protagonistas e questiona o fato de o feminismo branco não dar conta de suas demandas, ignorando, assim, a questão racial. Dessa maneira, as mulheres negras falam sobre a necessidade de um feminismo que direcione seu olhar para outras questões, por exemplo, a racial e de classes, que denunciam diferentes marcadores de opressão que se inter-relacionam com a opressão de gênero.

Por sua vez, o *Blogueiras Feministas* foi criado no primeiro turno das eleições de 2010 e é descrito como um blog coletivo com publicações de mais de 70 militantes, distribuídas entre atividades ou funções como coordenação, editoração e avaliação de conteúdo, recebido por e-mail. No espaço de apresentação e descrição do blog, a informação que temos é de que sua temática principal é o feminismo e todos os assuntos que perpassam a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Trata-se de um blog político que se posiciona em não publicar textos enviados que sejam contrários às construções produzidas por elas, sendo que os questionamentos e debates ficam reservados aos comentários, que são gerenciados pelas editoras. Todas as publicações são assinadas pelas autoras como posicionamento político e de responsabilidade.

A distribuição dos conteúdos é em ordem cronológica, com as postagens mais recentes na página de abertura. Sobre as classificações de busca, compreendemos que não necessariamente seguem a ordem que as blogueiras especificam referente a temas, uma vez que muitos textos se repetem quando selecionamos classificações de temas diferentes. Assim, uma das maneiras para pesquisa pode ser o uso de palavras-chaves. Cabe destacar que, além das centenas de publicações disponibilizadas na página, há também uma sessão voltada para denúncias e ajuda.

Também compreendemos como posicionamento político o fato das editoras se reconhecerem enquanto feministas interseccionais, pois mostram que as clivagens e negociações de discursos são entendidos pelas blogueiras como uma maneira de reconfiguração dos movimentos feministas, no sentido de demarcar que o plural é apreendido. Ao nomear-se com a descrição “interseccional”, o posicionamento está na intenção de abertura para outros segmentos que não necessariamente do que se aponta como feminismo hegemônico.

Observa-se que as mudanças provêm dessas negociações discursivas no trecho do mesmo editorial do qual as *Blogueiras Feministas* reconhecem as abordagens anteriores com caráter discriminatório, o que remete às opressões dentro do movimento, e comprometem-se a novas abordagens mais democráticas.

Figura 1 – Trecho de Editorial do *Blogueiras Feministas*

Tudo que aqui está publicado é responsabilidade nossa, como coletivo. A proposta atual é fazer um espaço virtual mais amplo e democrático. Entendemos que mesmo buscando a pluralidade erramos em alguns momentos. Portanto, vasculhando os arquivos é possível encontrar textos com vestígios racistas, gordofóbicos, transfóbicos, classistas, capacitistas, lesbofóbicos, bifóbicos, homofóbicos, entre outros preconceitos tão arraigados em nós. Há também a questão da invisibilidade, na maioria de nossos textos damos voz a mulher branca, heterossexual, cissexual, de classe média.

Não acreditamos em estereótipos. Não acreditamos em verdades absolutas. Não acreditamos no feminismo como uma cartilha e nem como religião. Nosso feminismo é político e está constantemente em construção. Aberto para agregar ideias, valores e conceitos. Pronto para reconhecer privilégios e contradições. Disposto a questionar universalizações e essencialismos. Temos o desafio de propor, lutar e implementar mudanças sociais que construam uma sociedade melhor para TODAS as pessoas.

Fonte: Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/editorial/>. Acesso em: 27 fev. 2020.

O movimento importante aqui é o quanto essa construção política das *Blogueiras Feministas* atenta para as demais opressões denunciadas por outros grupos, como o aqui também analisado *Blogueiras Negras*. Esse reconhecimento não é um exercício pronto e acabado, mas uma intenção de compreender o lugar de fala, pois para além do silenciamento na esfera pública hegemônica, esses grupos estão em constante disputa de/por sentidos.

Ante a apresentação de nossos objetos de pesquisa, é pertinente salientar que as narrativas sobre os movimentos feministas são fios de enredo sem fim. Segundo Pinto (2013), a tessitura do tempo nos eventos e personagens permanentemente ressignificados contribuem e permeiam a construção da história dos movimentos feministas.

Para a autora, as lutas feministas não são restritas às tendências políticas, mas são atravessadas por diferentes formulações correspondentes à visão sobre o lugar das mulheres em espaços públicos e privados, que muitas vezes são marcados por formas variadas de dominação. Por esse motivo, narrar historicamente o movimento feminista de uma maneira progressiva e linear torna-se um exercício complexo, tendo em vista a sua diversidade de locais e de narrativas (PINTO, 2013).

Nesse artigo, fazemos a opção por seguir tendências ao registrar os campos e suas particularidades, método utilizado nesta abordagem e sobre o qual encontramos respaldo na afirmação de Alvarez (2014, p.20) sobre os fluxos do campo feminista: “Isto é, os campos erguem-se, se estabilizam, reconfiguram-se reconstroem-se, e periodicamente, se desconstroem e/ou desembocam em ou geram novos e distintos campos”.

Os blogs feministas são narrativas que se articulam com outras narrativas próprias dos movimentos feministas, de suas histórias de lutas e reivindicações. As blogueiras se atrelam, se filiam ou rejeitam parte dessa história, se apropriam e

reformulam tanto narrativas quanto significações acerca das figuras centrais desse movimento.

É o caso de Simone de Beauvoir (1980, p.9), uma das primeiras teóricas a pensar as relações sociais de gênero enquanto construções culturais. Sua formulação de que: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” corresponde ao comportamento e ao lugar, público e privado, do feminino em contraponto ao masculino, o que foi construído culturalmente nas sociedades patriarcais e legitimam o sexismo. Sua presença é marcante em postagens do *Blogueiras Feministas*, como exemplificamos com uma das postagens realizadas na semana em que a autora comemoraria aniversário, prática repetida em vários anos pela equipe do blog.

Figura 2 – Postagem sobre Simone de Beauvoir no *Blogueiras Feministas*



Fonte: Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2012/01/beauvoir-o-que-e-ser-mulher/>. Acesso em: 27 fev. 2020.

Figura feminista importante para as escritoras brancas, Beauvoir não é referência central nos escritos do *Blogueiras Negras*. Nesse sentido, ao abordar as construções históricas dos feminismos, Miguel e Biroli (2014) apontam a pluralidade das teorias feministas, as quais partem da análise das desigualdades das relações de gênero reproduzidas socialmente e naturalizadas, reforçando assimetrias a partir das relações de dominação.

Os movimentos feministas vêm elucidando as diferentes formas de reprodução de desigualdades, a necessidade da luta por direitos, a cidadania, a inserção na esfera pública, entre outras pautas. Em vertentes mais próximas do socialismo e do marxismo Miguel e Biroli (2014) apontam que essas problematizações inseriram, além da questão de gênero, as questões de estrutura de classes, no sentido de que as estruturas econômicas são mantidas por homens e mulheres trabalhadoras. Já ao feminismo negro, somam-se também as questões raciais. É essa perspectiva que se percebe como marcante no *Blogueiras Negras*.

Figura 3 – Postagem sobre privilégios no *Blogueiras Negras*

OS PRIVILEGIADOS TÊM COR, CLASSE, GÊNERO E ENDEREÇO CERTO!

ANTONIA GABRIELA PEREIRA • JUL 13, 2016

FEMINISMO RESISTÊNCIA 0 COMENTÁRIOS 1966 VISUALIZAÇÕES 1

Pois estou aqui pela resistência de minhas ancestrais, Vaulice, minha mãe, Zilma, minha vó, as Cláudias, as Dandaras e as Jandiras. Todos as minhas ancestrais negras que lutaram e resistiram a violência sexual, ao estupro, e lutaram como panteras para que hoje eu e minhas companheiras negras chegassem até aqui fortes e cientes de sua missão que é representar um ideal coletivo e não um ideal individualizado.

Fonte: Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2016/07/13/os-privilegiados-tem-cor-classe-genero-e-endereco-certo-as-mulheres-negras-pobres-tem-que-resistir-e-lutar-24h-por-dia-pois-nao-estao-em-nenhum-desses-lugares-de-privilegios>. Acesso em: 27 fev. 2020.

No Brasil, esses debates ganham forma a partir das vivências internas e do contato com os movimentos feministas que acontecem no mundo todo, principalmente a partir da segunda década do século XX, como resultado das influências das sufragistas. Nesse sentido, o *Blogueiras Feministas* destaca, dentre outras mulheres, Bertha Lutz como uma das responsáveis por forjar as bases do feminismo nacional, líder da criação a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em 1922.

Figura 4 – Postagem sobre Bertha Lutz no *Blogueiras Feministas*

Bertha Lutz e o voto feminino



Daniela Valverde
02/08/2011
Feminismo e Movimentos Sociais, Política e Estado
Bertha Lutz, feminista, história, sufragismo, sufragista, voto

Uma importante personalidade feminista merece nossas homenagens hoje, quando se comemora seu nascimento. A paulista Bertha Lutz (1894-1976) entrou para a história por sua atuação pelo direito ao voto para as mulheres. O movimento sufragista chegou ao auge nas primeiras décadas do século XX, e alcançou resultado na Constituição de 1934, com a garantia, para as mulheres alfabetizadas, tanto de elegerem seus representantes como de serem votadas.

Fonte: Disponível em: <https://blogueirasfeministas.com/2011/08/02/bertha-lutz/>. Acesso em: 27 fev. 2020.

Nessa mesma linha do feminismo histórico como lastro para as questões atuais, as *Blogueiras Negras* destacam suas heroínas e apresentam suas reivindicações atuais no que se refere à representatividade política, como na abordagem da escritora Antonieta de Barros e no debate acerca da representatividade das mulheres negras nos espaços políticos.

Figura 5 – Postagem sobre representatividade na política no *Blogueiras Negras*



Fonte: Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2016/05/11/precisamos-falar-sobre-representatividade-na-politica/>. Acesso em: 27 fev. 2020.

Ainda com relação à participação feminina nas eleições, os blogs destacam, por exemplo, a relevância das mulheres nas lutas durante o período militar e o debate acerca da efetividade da legislação que determina a política de cotas por sexo, a qual define que no mínimo 30% e no máximo 70% das listas eleitorais de cada partido ao Legislativo devem contemplar os sexos masculino e feminino¹¹. Sobre tal tema, Miguel (2001) também afirma que as cotas auxiliam a reduzir a diferença estrutural que se traduz na desigualdade da capacidade de intervenção na esfera pública. Essa desigualdade estrutural seria alocada em proporções diferentes, segundo os grupos sociais e é “naturalizada” pela adequação dos agentes ao comportamento que lhe é destinado. As mulheres, nesse sentido, assim como outros grupos, encontram-se subrepresentadas com a justificativa de que “não se interessam” por política. Tal argumento tem sido alvo de muitos estudos qualitativos e quantitativos no âmbito acadêmico no que se refere à a igualdade de gênero na sociedade.

Firmar a luta por maior representação e participação na esfera pública pode ampliar conquistas como a do ano de 2010, quando ocorreu a vitória histórica da candidata Dilma Rousseff, primeira mulher a ocupar o cargo de Presidenta da República Federativa do Brasil, reeleita para o segundo mandato quatro anos depois. Também, nas disputas de 2014, mais uma candidata, além das duas citadas em 2010, entrou para a disputa eleitoral – Luciana Genro, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) -, evidenciando assuntos mais latentes do feminismo, dentre os quais a questão do direito ao aborto, igualdade de gênero e a causa LGBT.

A eleição, a atuação e o impeachment de Dilma estão presentes em diversas postagens de ambos os blogs, como no exemplo abaixo, que problematiza o golpe de 2016 sob a perspectiva de gênero.

¹¹ Críticas à baixa efetividade desta legislação encontram-se em Ayres, Oliveira e Gimenes (2017).

Figura 6 – Postagem sobre impeachment de Dilma Rousseff no *Blogueiras Feministas*

Será isso um problema apenas por que ela é... mulher?
Um homem com a mesma conduta sofreria a ferrenha oposição ou seria admirado pela rigidez no comando político? Líder e não bossy*?
É claro que reconhecemos que ela falha e falhou, tanto na execução de políticas, quanto do ponto de vista da articulação. Mas e seus interlocutores? A respeitam enquanto mulher? Enquanto política? Enquanto presidenta? Ou enxergam uma capacidade inerente, quase sem querer admitir?
Ao contrário de assumir uma postura tradicionalmente associada ao estereótipo feminino, voltado à sensibilidade e à maternidade (ou mesmo à sensualidade), questões que inclusive foram alvo de críticas durante sua primeira campanha, Dilma entra no jogo com as mesmas regras, porém com padrões duplos.
Ora, se ela será impeachmada por ser mulher eu não sei, mas que as razões que levaram ao impeachment estão intrinsecamente ligadas ao machismo que a presidenta sofre, isso eu arrisco dizer.

Fonte: Disponível em: <https://blogueirasfeministas.com/2015/12/10/dilma-sera-impeachmada-por-ser-mulher/>. Acesso em: 27 fev. 2020.

Para além das questões relacionadas ao voto e às eleições, o debate político se intensificou na questão da necessidade das mulheres ocuparem os espaços que ainda são de maioria masculina. A autora Michele Swers (2001) afirma, em um panorama geral, que as mulheres que ocuparam cargos legislativos por ambos os partidos dirigem, em algumas medidas, seus interesses para temas feministas e atuam conformando frentes de defesas das mulheres, seja em relação à violência contra a mulher, direitos reprodutivos ou à saúde da mulher. Contudo, há que se considerar que não necessariamente mulheres tratam de questões referentes às demandas feministas por serem mulheres, mas ainda assim não podemos negar a importância de que elas estejam nesses espaços e o quanto é representativo tê-las.

Para refletir sobre as questões do espaço público, representação e representatividade dessas mulheres é necessário ponderar que estar nesses espaços é ainda considerado privilégio e que a inserção não é igualitária, pois a discussão transcorre pelas questões de gênero, raça e classe social.

Considerando tais recortes, o conceito de Feminismo Interseccional, cunhado nos anos 1980, compreende que todas essas opressões fazem parte de uma mesma estrutura. Dessa maneira, evidencia uma crítica ao movimento feminista dito hegemônico que considera as questões de gênero de maneira geral ou mesmo genérica, mas, nas maiorias das vezes, não discute as opressões dentro do próprio feminismo no que tange à questão racial e de classe. Essa temática é central para as *Blogueiras Negras*.

Figura 7 – Postagem sobre feminismo interseccional no *Blogueiras Negras*



Fonte: Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2015/09/29/feminismo-interseccional-um-conceito-em-construcao/>. Acesso em: 27 fev. 2020.

Diante de tal conflito, Sueli Carneiro (2003) evidencia a pluralidade dentro e nos vários movimentos feministas de realidades e, conseqüentemente, de demandas mais específicas em países como o Brasil, onde os grupos femininos enfrentam diferentes dificuldades estruturais de inserção na esfera pública, construções sociais, naturalização das predefinições dos sujeitos na sociedade e a não homogeneização, de modo que, assim, tornam-se necessárias estratégias de inserção e participação na sociedade, seja por meio de movimentos sociais, sindicatos ou coletivos para exposição de preferências e demandas.

Ainda com relação aos movimentos feministas, compreendemos que são estruturados e atuantes em seus espaços sociais, no entanto precisam de representatividade para que o público possa observá-los além desses lugares restritos, o que os conduz à busca pela divulgação de ideias e opiniões por meio das mídias impressa, eletrônica, televisiva ou de rádio, mas esses também são ocupados ou propriedades de grupos hegemônicos. Nesse contexto, o espaço on-line e a internet tornaram-se ferramentas de inserção desses grupos ou movimentos na mídia.

Nesse espaço, o feminismo tem encontrado um lugar discursivo onde pode se inscrever e praticar seu ativismo político na rede. Esse movimento acontece, por exemplo, no espaço dos blogs, mas não fica restrito a eles, pois se trata de um discurso que, materializado, pode ser apropriado por infinitos leitores que lhe darão “vida” e “movimento” ressignificando-os nos mais distintos lugares sociais e políticos da sociedade.

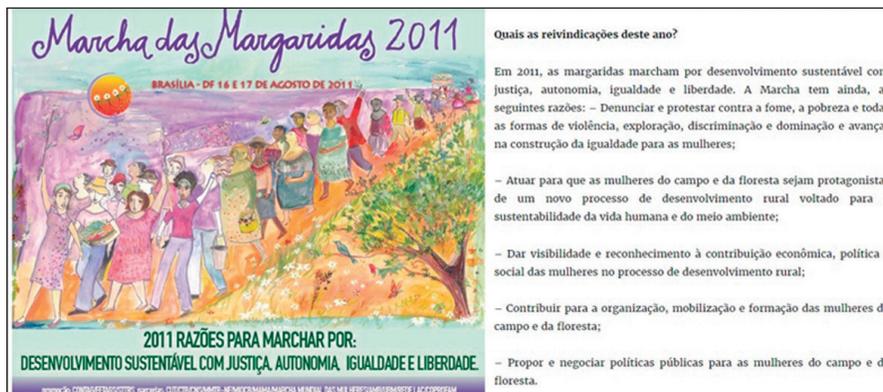
Sobre espaços como blogs e redes sociais, Sakamoto (2013, p.95) afirma que “não são apenas ferramentas de descrição, mas sim de construção e reconstrução da realidade. Quando alguém atua através de uma dessas redes, não está simplesmente reportando, mas também inventando, articulando, mudando”.

Refletindo sobre os espaços de privilégios e de inserção, as mídias digitais – aqui expostas sem adentrar o problema social das barreiras digitais – surgem como uma ferramenta importante de compartilhamento e organização de grupos. Para Martino (2014), a noção de política do mundo off-line é tão abrangente como no mundo on-line, mas essa noção de maneira mais ampla está ligada às questões de poder e de direito da vida cotidiana. No caso do último, o autor considera que as lutas de grupos minoritários por reconhecimento e expressão, ou mesmo questões de identidade são pensados como atos políticos, ou seja, são a busca pelo “direito” e pela “possibilidade” de ser quem se é no espaço público.

O *subaltern counterpublics* feminista, materializado nos blogs, também contribui para a organização das agendas, já que, segundo Penteado, Santos e Araújo (2009), esses espaços têm extrapolado as fronteiras virtuais e alcançado os limites da vida cotidiana. Os blogs analisados, bem como os movimentos feministas aos quais eles se relacionam, utilizam a internet para promover a organização e a comunicação entre diferentes agentes.

Os movimentos de ocupações, as marchas e demais manifestações organizadas pelos meios virtuais são exemplos expressivos de participação, como a Marcha das Margaridas, que teve seu primeiro ato nos anos de 2000 e ganhou apoio dos coletivos em 2011, sendo publicado pelo *Blogueiras Feministas*, trazendo visibilidade e significado das lutas camponesas femininas àquelas mulheres que não compartilhavam das mesmas vivências. Além de aspectos históricos, do sentido geral da Marcha e de sua relação com outros movimentos e entidades, evidencia-se os conjuntos de pautas e reivindicações das mulheres em luta, como ilustrado a seguir.

Figura 8 – Postagem sobre a Marcha das Margaridas 2011 no *Blogueiras Feministas*



Fonte: Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2011/08/marcha-das-margaridas-2011/>. Acesso em: 27 fev. 2020.

No *Blogueiras Feministas* encontramos também chamadas para a Marcha das Vadias, idealizada inicialmente no Canadá e realizada em diversos países, incluído o Brasil desde 2012 em várias cidades contra diversos tipos de opressão e a reflexão quanto ao termo “vadia”.

Figura 9 – Postagem sobre a Marcha das Vadias no *Blogueiras Feministas*



Fonte: Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2016/06/nosso-apoio-as-mulheres-prostitutas-feministas-e-transfeministas-da-marcha-das-vadias-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 27 fev. 2020.

Nesses espaços dos blogs há as clivagens que constituem os movimentos, constituindo-se em campos de articulação discursiva “por meio de linguagens, sentidos, visões de mundo pelo menos parcialmente compartilhados, mesmo que quase sempre disputas, por uma espécie de gramática política que vincula as atoras/es que com eles se identificam” (ALVAREZ, 2014, p.19). A Marcha das Mulheres Negras ganha destaque na página *Blogueiras Negras* como algo que representa suas pautas.

Figura 10 – Postagem sobre a Marcha das Mulheres Negras 2015 no *Blogueiras Negras*



Fonte: Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2015/12/01/18-de-novembro-de-2015-marcha-das-mulheres-negras/>. Acesso em: 27 fev. 2020.

Destacamos que encontramos também textos de ambas as páginas destacando a visibilidade e representação de mulheres indígenas, contudo de maneira menos expressiva do que as pautas expostas neste artigo, incluída a Lei Maria da Penha, cuja preocupação com a conscientização acerca do conteúdo e a expressão de representatividade de resultado de lutas sociais de mulheres se destaca, a despeito do desafio pela maior efetividade da aplicação da norma diante de opressões estruturais da sociedade.

Figura 11 – Postagem sobre a Lei Maria da Penha no *Blogueiras Feministas*



Fonte: Disponível em: <http://blogueirasfeministas.com/2016/08/10-anos-da-lei-maria-da-penha-quais-sao-os-desafios/>. Acesso em: 27 fev. 2020.

A discussão acerca da lei passa pela argumentação de que as lutas estão longe de acabar, mas a possibilidade de encontrar na outra o apoio e empoderamento nas trocas abre horizontes de possibilidades, que no caso da Lei Maria da Penha se institucionalizou enquanto direito, antes mesmo das muitas organizações acontecerem por intermédio do espaço online.

Diante do exposto, constatamos que os conteúdos e as temáticas abordadas nos blogs analisados são múltiplos, tanto no interior de cada um quanto de maneira comparativa, o que denota tanto a pluralidade de demandas quanto os conflitos internos aos movimentos feministas. Ademais, as ações do ativismo online dos movimentos feministas criam novos espaços de interação e organização que geram maneiras autônomas de produção da identidade social.

Considerações finais

A presente pesquisa abordou o tema dos ciberativismos feministas tendo por objetivo geral compreender como se constituem no espaço on-line a partir do conceito de *subaltern counterpublics*. Nesse sentido, considera-se que há um potencial político nas redes, de modo que, em virtude de suas peculiaridades, da horizontalidade e da interação que propicia, o ciberespaço toma uma dimensão pública e possibilita ações políticas (RIBEIRO; BORBA; HANSEN, 2016). Dessa maneira, a internet acentua o caráter de um lugar que remete à esfera pública, uma vez que os meios de comunicação possibilitam dar voz para diferentes grupos.

Para tanto, é importante considerar as configurações e as dinâmicas desses espaços, compreendendo que também reproduzem desigualdades, já que, nem todas as mulheres estão inseridas nas redes digitais. Tais desigualdades são lidas como barreiras digitais que são diferenças de acesso às tecnologias e mídias digitais, bem como à cultura desenvolvida nesses ambientes, vinculadas à educação, entre outros problemas sociais, econômicos e de faixa etária. Contudo, as barreiras digitais são

apontadas aqui como elementos à agenda de pesquisas posteriores relacionadas ao tema.

Apesar das desigualdades sociais, as redes ou meios sociais, hoje, têm papel de destaque na formulação e divulgação das estratégias políticas, bem como agregam pessoas ao facilitar a comunicação à distância, o que permite a popularização dos feminismos. Os blogs feministas são mecanismos de expansão política dos feminismos, pois permitem às mulheres, separadas geograficamente inclusive, participarem da formulação de discursos e contradiscursos elaborados nesse ambiente.

A partir das publicações dos discursos nesses espaços podemos observar que os campos feministas se constroem por meio de um emaranhado de interlocuções. Como afirma Alvarez (2014), as redes não são meras condutoras de processos culturais, são culturalmente constituídas por interações comunicativas. Assim, os fluxos dos campos feministas resultam em negociações de sentido que provêm das interações dinâmicas estabelecidas entre essas mulheres com os campos de poder nos quais elas estão inseridas em uma determinada conjuntura histórica.

Os blogs aqui apresentados são construções discursivas com publicações femininas de diferentes localidades, de mulheres que, em sua maioria, se conhecem somente no espaço online, porém constituem uma teia de construção de identidades de si e de um movimento feminista que é conformado no dia-a-dia a partir das experiências dessas mulheres, seja no campo cultural, político ou econômico. Essas blogueiras utilizam esses canais como fonte de informação e debates dos acontecimentos cotidianos.

Essas mulheres formulam conceitos nas trocas de conhecimento das vivências, consideradas experiências de mulheres de diferentes faixas etárias, graus de escolaridades e ocupações. Escrever para os blogs faz delas pessoas com voz, lugar de fala e sujeitos de ação, é o escrever sobre elas e para elas.

Os blogs também se configuram em espaços de posicionamentos políticos tanto gerais quanto com relação às clivagens dentro do que é o movimento feminista. Quando as *Blogueiras Negras* se posicionam como um espaço de publicação fechado às mulheres negras, demarcam que as estruturas sociais sempre as colocaram em patamares de menos privilégios possíveis.

O *Blogueiras Feministas*, por sua vez, reconhece as necessidades dos recortes que a interseccionalidade dos movimentos feministas colocam na contemporaneidade, de gênero que é o que une os movimentos de diferentes atoras, de raça que evidencia e reconhece as desigualdades de uma sociedade estruturalmente racista e de classe social, tendo em vista as desigualdades latentes no desenvolvimento do nosso país.

Assim, o ciberespaço se revela importante espaço para expansão da visibilidade e da pluralidade de apresentação de *subaltern counterpublics* no campo da

política, tanto para a articulação política e o encaminhamento de demandas quanto para a conscientização e educação políticas.

Se o ativismo on-line contribui para a reconfiguração da participação política e dos movimentos sociais na contemporaneidade, sua utilização por minorias como instrumento político tem potencial para aumentar os diálogos e interações que permitam a representação, em alguma medida, de maior pluralidade de grupos e interesses e, por conseguinte, ampliar a qualidade do debate público, a legitimidade e a qualidade da democracia.

Ante ao exposto, concluímos que as plataformas de funcionamento da esfera pública se assentam hoje na comunicação de massas, principalmente aquelas mantidas por grupos hegemônicos e a plataforma de funcionamento do *subaltern counterpublics* se assenta na comunicação que ocorre em espaços estratégicos como a internet, nos ciberativismos.

Por fim, é imperioso ressaltar que o *Blogueiras Feministas* e o *Blogueiras Negras* são de importância ímpar para as novas configurações dos movimentos feministas e sua popularização no Brasil. Isto posto, seria leviano não destacar que cada linha escrita por essas mulheres é importante e é por meio dessas práticas discursivas que se materializam as pautas e que se movimenta o movimento.

SOCIAL MEDIA AS A POLITICAL REPERTOIRE OF SUBALTERN COUNTERPUBLICS: ANALYSIS OF FEMINIST MOVEMENT BLOGS

ABSTRACT: *This article discusses political action through social networks, having as the object of investigation two sets of cyberactivists, organized in Blogueiras Feministas (Feminists Bloggers) and Blogueiras Negras (Black Women Bloggers). The analysis considers such groups of women as producers of counter-discourses in the context of the conflict inherent in the formulation of the liberal public sphere based on the public-private dichotomy, whose standards relegate women to marginal positions in both spaces. The analysis of the blogs showed that the actions of online activism by feminist movements create new spaces for interaction and organization, which then generate autonomous ways of producing social identity.*

KEYWORDS: *Political participation. Social movements. Cyberactivism. Feminism.*

**LAS REDES SOCIALES COMO REPERTORIO POLÍTICO
DE LOS CONTRAPÚBLICOS SUBALTERNOS: ANÁLISIS DE
LOS BLOGS DE LOS MOVIMIENTOS FEMINISTAS**

RESUMEN: *Este artículo aborda la acción política a través de los medios sociales, tomando como objeto de investigación dos conjuntos de ciberactivistas, organizados en Blogueiras Feministas y Blogueiras Negras. El análisis considera a estos grupos de mujeres como productores de contradiscursos en el contexto del conflicto inherente a la formulación de la esfera pública liberal basada en la dicotomía público-privado, cuyas normas relegan a las mujeres a posiciones marginales en ambos espacios. El análisis de los blogs nos permitió comprobar que las acciones de activismo online de los movimientos feministas crean nuevos espacios de interacción y organización que generan formas autónomas de producción de identidad social.*

PALABRAS CLAVE: *Participación política. Movimientos sociales. Ciberactivismo. Feminismo.*

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sônia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, n. 43, 2014, p.13-56.

AVRITZER, Leonardo. **A moralidade da democracia**. São Paulo/Belo Horizonte: Perspectiva/UFMG, 1996.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. **Revista de Ciências Sociais**, v. 47, n. 4, 2004. p.703-728.

AYRES, Carla Simara Luciana da Silva; OLIVEIRA, Renata Andrade de; GIMENES, Éder Rodrigo. O Legislativo municipal catarinense sob a perspectiva de gênero: origem, trajetória e adesão à democracia. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**, v. 10, 2017. p.25-43.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. 2. A Experiência Vivida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BIROLI, Flávia. O público e o privado. *In*: MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 31-45.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, 2003. p.117-132.

*Mídias sociais como repertório político de subaltern counterpublics:
análise de blogs de movimentos feministas*

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. *In*: CALHOUN, Craig. **Habermas and the public sphere**. Cambridge: MIT, 1992.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Biblioteca Tempo Universitário, 1997.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984 [1962].

LORETONI, Anna. Estado de direito e diferença de gênero. *In*: COSTA, Pietro; ZOLO, Danilo. **O Estado de Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LUBENOW, Jorge Adriano. A despolíticação da esfera pública em Jürgen Habermas sob a perspectiva sócio-política. **Problemata**, v. 3, n. 1, 2012. p. 54-95.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das mídias digitais, linguagens, ambientes e redes**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

MIGUEL, Luís Felipe. Política de Interesses: política do desvelo; representação e “singularidade feminina”. **Revista Estudos Feministas**, 2001. p. 253-267.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

PENTEADO, Cláudio Luís de Camargo; SANTOS, Marcelo Burgos Pimentel; ARAÚJO, Rafael de Paula Aguiar. Metodologia de pesquisa de blogs de política: análises das eleições presidenciais de 2006 e do Movimento Cansei. **Revista Sociologia e Política**, v. 17, n. 34, 2009. p. 159-181.

PERLATTO, Fernando. Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas: disputas e possibilidades na modernização brasileira. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 53, 2015. p. 121-145.

PHILLIPS, Anne. O que há de errado com a democracia liberal? **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, 2011. p. 339-363.

PINTO, Céli Regina Jardim. O Feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

RIBEIRO, Ednaldo A.; BORBA, Julian; HANSEN, Jaqueline R. Participação on-line e off-line no Brasil: relações e condicionantes. **Revista do Serviço Público**, v. 67, n. 4, p.497-524, 2016. DOI: 10.21874/rsp.v67i4.1262. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/1262>. Acesso em: 16 mar. 2021.

SAKAMOTO, Leonardo. Em São Paulo o Facebook e o Twitter foram às ruas. *In*: MARICATO, Erminia *et al.* **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013. p. 95-100.

SOUZA, Juliana Inez Luiz. Ação Feminista no Twitter: a visibilidade da hashtag #PrimeiroAssédio na esfera pública midiática. 2016, **7º Seminário Nacional Sociologia & Política**. Disponível em: https://www.academia.edu/43491631/A%C3%A7%C3%A3o_feminista_no_Twitter_A_visibilidade_da_hashtag_PrimeiroAss%C3%A9dio_na_esfera_p%C3%BAblica_midi%C3%A1tica. Acesso em: 15 mar. 2021.

SWERS, Michele. Understanding the policy impact of electing women: evidence from research on Congress and State legislatures. **Political Science & Politics**, v. 34, n. 2, 2001. p. 217-220.

WARNER, Michael. Publics and Counterpublics (abbreviated version). **Quarterly Journal of Speech**, v. 88, n. 4, 2002. p. 413-425.

YOUNG, Iris Marion. O ideal da imparcialidade e o público cívico. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 9, 2012. p. 169-203.

Recebido em 15/02/2021.

Aprovado em 23/03/2021.